



16ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE BOAS PRÁTICAS TRIBUTÁRIAS

DATA: 30 de outubro de 2025

LOCAL: Receita Estadual

1. Abertura

Às 9 horas do dia 30 de outubro de 2025, sob a presidência do Auditor-Fiscal e Subsecretário da Receita Estadual Ricardo Neves Pereira, teve início a 16ª Reunião Ordinária do Conselho de Boas Práticas Tributárias. O Subsecretário Ricardo Neves Pereira deu boas-vindas aos participantes, apresentou a nova estrutura da sala de reuniões e os membros da equipe de apoio ao CBPT, destacando a dedicação integral da servidora Janaina Grigoletto Cavalheiro ao Conselho, bem como a atuação da servidora Ana Carolina Silveira, que também opera na organização das atividades do CBPT.

O Presidente ressaltou, ainda, a importância de justificar as ausências ou mandar o suplente nas reuniões, conforme previsto na normativa do Conselho. Além disso, informou a intenção de organizar uma proposta de planejamento do CBPT para 2026, a ser elaborada em conjunto com os conselheiros.

2. Situação Fiscal e Econômica do Estado

Os Auditores-Fiscais da Receita Estadual Eduardo Loss Pfeifer e Ricardo Kolesny, da Divisão de Arrecadação, trouxeram uma análise detalhada sobre o desempenho da arrecadação estadual ao longo de 2025, destacando a queda observada no segundo semestre. A arrecadação projetada para o ano é de R\$ 53,2 bilhões, abaixo da previsão inicial de R\$ 54,5 bilhões. Foram apresentados comparativos com os estados do Sul, mostrando que, apesar das dificuldades, o Rio Grande do Sul manteve sua participação relativa na arrecadação nacional. Também foram abordados os impactos das enchentes de 2024 e da desaceleração econômica sobre a atividade econômica e a arrecadação, além de apontados os desafios para o próximo exercício.

O representante da FETRANSUL, Fernando Massignan, destacou que, no âmbito da Reforma Tributária, há uma previsão de alteração na tributação relativa à compra de ativos a partir de 2027. Ele sugeriu que o Estado avalie a possibilidade de oferecer algum tipo de incentivo ou criar uma janela estratégica para estimular a renovação de frota ainda em 2026, o que poderia beneficiar a arrecadação e o setor automotivo.

Na sequência, a Subsecretária do Tesouro Juliana Debaquer expôs as informações sobre o cenário fiscal do Estado, destacando a previsão de déficit orçamentário de R\$ 3,8 bilhões na LOA de 2026 e os desafios relacionados ao pagamento de precatórios.

O representante da OAB, Rafael Pandolfo, sugeriu a criação de uma comissão para discutir o Acordo Gaúcho, que contemple PGE, Receita Estadual, OAB e Judiciário, para resolver entraves e regulamentar o Acordo da forma mais abrangente possível.

3. Invest RS

O Presidente da Invest RS, Rafael Prikladnick, apresentou a estrutura e os objetivos da agência, criada para promover o desenvolvimento econômico do Estado por meio da atração de investimentos e apoio à exportação. A Invest RS é uma empresa privada de interesse público, com atuação pautada pelo Plano de Desenvolvimento Econômico do Estado. Nos primeiros meses de operação, foram realizados mais de 600 contatos com empresas e entidades, resultando em 21 termos de engajamento assinados e cerca de R\$ 6 bilhões em projetos ativos.

Foi proposta uma parceria entre Invest RS e o CBPT para troca de informações e estudos conjuntos, visando fortalecer a competitividade do Estado e ampliar a capacidade de atração de investimentos.

4. Políticas Tributárias

O Auditor-Fiscal da Receita Estadual Guilherme Comiran apresentou as novas políticas tributárias implementadas pela Receita Estadual. Entre as medidas, destacam-se novas hipóteses de transferência de saldo credor para terceiros, implementadas pela Lei nº 16.357/2025. Também foi anunciada a ampliação de incentivos à importação com benefícios fiscais, equiparando o tratamento ao de Santa Catarina.

Houve ainda discussão sobre a retirada de produtos da substituição tributária (ST), com a exposição dos segmentos que permanecem no regime, dos que já foram retirados e dos pedidos de saída da ST atualmente em análise. Representantes do segmento de gênero alimentício da Fecomércio, Volnei Basso e Sheila de Lima, manifestaram preocupação com o impacto da retirada da ST sobre o pequeno e médio comércio varejista, que está enfrentando desafios econômicos. Foi acordado que será feito um estudo aprofundado sobre essa questão. O representante do Sescon, Flávio Ribeiro, sugeriu um grupo de trabalho do CBPT para avançar na discussão.

A Chefe da Divisão de Estudos Econômicos Tributários da Receita Estadual, Katia de Souza, informou que a Receita Estadual convidará representantes de entidades para conhecer a Agenda Tributária Estadual. Essa proposta visa explorar temas setoriais específicos por meio de debates estruturados, produção de estudos, análises de dados e proposições de medidas voltadas ao desenvolvimento e à melhoria da competitividade do Estado.

A representante da FIERGS, Sabrina Zarpelon, comunicou que consultaria os sindicatos relacionados e traria um posicionamento sobre a questão da saída da ST na próxima reunião do conselho. O representante do Sescon, Flavio Ribeiro, sugeriu convidar o Auditor-Fiscal Fernando Henrique Fernandez, da 1ª Delegacia da RE, para falar sobre o trabalho feito com os produtos farmacêuticos com relação ao PMPF, e avaliar a possibilidade de utilizar a mesma sistemática para produtos de perfumaria, higiene e cosméticos. Por fim, o representante da FECOMÉRCIO, Vinicius Saraiva, alertou que o sindicato de bebidas é contrário à retirada das bebidas destiladas da ST, momento em que Andressa da Costa, do Sescon, sugeriu incluir as bebidas quentes em futuros estudos setoriais.

5. Reforma Tributária

Os Auditores-Fiscais da Receita Estadual Cassandra de Souza, Dimitri Munari Domingos e Lucas Sottili de Matos apresentaram os avanços na implementação da reforma tributária. O Rio Grande do Sul foi selecionado para desenvolver os sistemas de apuração, arrecadação e distribuição do IBS. Os testes começam em 2026, com apuração assistida baseada em documentos fiscais eletrônicos. Foi reforçada a importância da emissão correta dos documentos fiscais pelas empresas, que deverão se adaptar aos novos layouts e códigos de tributação. A equipe destacou que a reforma será implementada de forma gradual e que haverá capacitação e suporte técnico para os contribuintes.

6. Aplicativo “Minha Empresa”

A Chefe da Divisão de Relacionamento e Serviços, Rachel Krug Einsfeld, apresentou as funcionalidades do aplicativo “Minha Empresa”, voltado para empresas optantes pelo Simples Nacional. A ferramenta oferece recursos como monitor de preços, recomendações de produtos, previsão de vendas e assistente inteligente. Também foram destacadas ações voltadas à promoção da conformidade tributária, como alertas de divergência, recadastramento e o demonstrativo auxiliar do PGDAS.

Em relação ao Programa de Recadastramento, foi informado que as empresas estão sendo alertadas de que, em caso de não recadastramento, poderão ter suas inscrições suspensas e serem excluídas do regime do Simples Nacional. O aplicativo já conta com mais de 176 mil usuários e 166 mil empresas cadastradas. A Receita Estadual pretende ampliar o uso da ferramenta como instrumento de gestão e conformidade.

7. Ações de Combate à Informalidade e Contrafação

O Delegado da Receita Estadual, Alcides Seiji Yano, apresentou as ações de combate à ilegalidade e ao crime organizado, destacando a integração entre Receita Estadual, Polícia Civil, Receita Federal e detentores de marcas. Foram mencionadas operações de apreensão de produtos falsificados, como calçados e bebidas, com destaque para a atuação em postos fiscais e transportadoras. Alcides ressaltou a importância da inteligência fiscal e da articulação entre os órgãos para combater o crime organizado e proteger a arrecadação estadual. Foi sugerida a criação de um plano estadual de combate à informalidade com apoio do CBPT e das entidades representativas.

8. Encaminhamentos e Encerramento

Como encaminhamentos da reunião, foi proposta a criação de um planejamento de trabalho do CBPT para 2026, além de um estudo aprofundado sobre a situação fiscal do pequeno e médio varejo. Também foi acordado o estabelecimento de um protocolo de intenções entre o CBPT e a Invest RS, visando a troca de informações e colaboração técnica.



O Subsecretário Ricardo Neves Pereira agradeceu a presença de todos, reforçou o compromisso com o diálogo e a construção coletiva de soluções tributárias, e encerrou os trabalhos às 13h10.

Ricardo Neves Pereira

Presidente do Conselho de Boas Práticas Tributárias

Janaína Grigoletto Cavalheiro

Auditora-Fiscal da Receita Estadual